



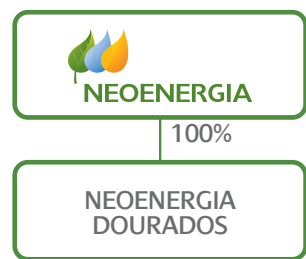
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Ao apresentar os resultados de 2021, a Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

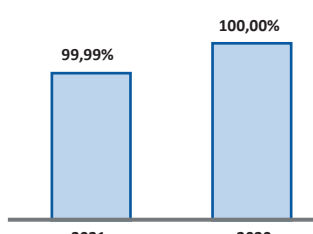
1. A NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A

A Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades. 1.1. **Estrutura Societária:** Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão: Linha de Transmissão Nova Porto Primavera – Rio Brilhante, com extensão de aproximadamente 137 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Rio Brilhante; Linha de Transmissão Rio Brilhante – Campo Grande 2, com extensão de aproximadamente 149 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Campo Grande 2; Linha de Transmissão Campo Grande 2 – Imbirussu, com extensão de aproximadamente 57,3 km, com origem na Subestação Campo Grande 2 e término na Subestação Imbirussu; Linha de Transmissão Nova Porto Primavera – Ivinhema 2, com extensão de aproximadamente 64 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Ivinhema 2; Linha de Transmissão Rio Brilhante – Dourados 2, com extensão aproximada de 122 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Dourados 2; Linha de Transmissão Dourados 2 – Dourados, com extensão de aproximadamente 48,21 km com origem na Subestação Dourados 2 e término na Subestação Dourados. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial. Em 2021, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,9% (100% em 2020). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Em 2020, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Características Físicas	
				Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT Nova Porto Primavera – Rio Brilhante	2	230kV	137	11/08/2022	11/08/2047
LT Rio Brilhante – Campo Grande 2	1	230kV	149	11/08/2022	11/08/2047
LT Campo Grande 2 – Imbirussu	2	230kV	57,3	11/08/2022	11/08/2047
LT Nova Porto Primavera – Ivinhema 2	2	230kV	64	11/08/2022	11/08/2047
LT Rio Brilhante Dourados 2	1	230kV	122	11/08/2022	11/08/2047
LT 230 KV Dourados 2 - Dourados	2	230kV	48,2	11/08/2022	11/08/2047

3.2. Subestação em construção

Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Características Físicas	
			Extensão (km)	Vencimento da Outorga
SE Dourados 02	-	230/138kV	-	11/08/2022

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Linha de Transmissão	Evolução Física em		Investimento Realizado no exercício	
	31/12/2020	31/12/2021	(R\$ Mil)	(R\$ Mil)
LT Nova Porto Primavera – Rio Brilhante	-	-	-	-
LT Rio Brilhante – Campo Grande 2	91%	265.803	98%	70.856
LT Campo Grande 2 – Imbirussu	-	-	-	-
LT Nova Porto Primavera – Ivinhema 2	-	-	-	-
LT Rio Brilhante Dourados 2	-	-	-	-
LT 230 KV Dourados 2 - Dourados	-	-	-	-
SE Dourados 02	-	-	-	-

* A RAP proporcional das LTs e SE destacadas é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que as 3 obras forem completamente finalizadas.
* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por LT/SE

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2021/2022 é de R\$41.255 mil, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico Financeiro

DRE (R\$ mil)	2021	2020	Varição
(+) Receita líquida	196.704	427.663	(230.959) -54%
MARGEM BRUTA	196.704	427.663	(230.959) -54%
(+) Custos de construção	(70.856)	(254.794)	183.938 -72%
(+) Outros custos	(3.972)	(1.203)	(2.769) 230%
(-) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(3.291)	(2.367)	(924) 39%
= Despesa Operacional	(78.013)	(258.246)	180.233 -70%
(-) PECLD	(68)	(28)	(40) 143%
EBITDA	118.623	169.389	(50.766) -30%
(-) Depreciação	(106)	(118)	12 0%
(-) Resultado Financeiro	(61.255)	(19.448)	(41.807) 215%
(-) IR/CS	(19.481)	(50.490)	31.009 -61%
LUCRO LÍQUIDO	37.781	99.333	(61.552) -62%

A Margem Bruta e as Despesas Operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 196.704 mil, +63% vs. 2020 e -R\$ 78.013 mil, -70% vs. 2020, respectivamente, explicadas pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior. Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 118.23 mil, queda de 30%, em relação ao ano de 2020. O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 61.255 mil em 2021 (215% vs. 2020), devido principalmente a contratação de novos financiamentos em 2021 e à despesa com encargos financeiros, impactada pela variação do IPCA em relação ao ano anterior. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2021 de R\$ 37.781 mil, redução de 62% em relação ao ano anterior.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. **Perfil da Dívida:** Em dezembro de 2021, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 452.641 mil (dívida líquida R\$ 428.413 mil), apresentando um aumento de 32% em relação a dezembro de 2020, quando a dívida bruta foi de R\$ 343.537 mil (dívida líquida R\$ 333.507 mil). Em dezembro de 2021, a Companhia contava com 3,5% da dívida bruta contabilizada no curto prazo e 96,5% no longo prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Dourados, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Dourados e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Dourados. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeita a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Dourados sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	24.228	10.030
Contas a receber de clientes e outros	8	8.867	2.956
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.3	13.931	12.963
Outros tributos a recuperar		646	674
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	77.486	12.927
Outros ativos		782	475
Total do circulante		125.940	40.025
Não circulante			
Depósitos judiciais	13	11.435	14.047
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	932.303	839.723
Outros ativos		478	478
Imobilizado		3.052	1.863
Intangível		436	369
Total do não circulante		947.704	856.480
Total do ativo		1.073.644	896.505
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	10	11.089	51.451
Empréstimos e financiamentos	11	15.823	6.917
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		754	1.016
Outros tributos	6.2	1.231	2.146
Dividendos e juros sobre capital próprio	13.2	8.973	1.46
Contas a pagar de operações de mútuo	12	27.074	-
Outros passivos		278	1.151
Total do circulante		65.222	62.681
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	436.818	336.620
Outros tributos	6.2	93.579	78.901
Tributos sobre o lucro diferidos	6.1.2	98.579	79.098
Provisões	13	28.792	17.454
Outros passivos		162	67
Total do não circulante		657.930	512.140
Patrimônio líquido	14		
Atribuído aos acionistas da Companhia		350.492	321.684
Total do patrimônio líquido		350.492	321.684
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.073.644	896.505

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. 1.2.3. **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 11.2.b). 1.2.4. **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2021. **Ratings de longo prazo em escala nacional**

Banco do Brasil	Moody's	S&P	Fitch
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Banco Itaú	AA	AA	AAA

1.3. **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2021	2020
Receita líquida		196.704	427.663
Custos dos serviços	3	(74.828)	(255.997)
Custos de construção	4	(70.856)	(254.794)
Custos de operação	4	(3.972)	(1.203)
Lucro bruto		121.876	171.666
Perdas de crédito esperadas		(68)	(28)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	4	(3.291)	(2.367)
Lucro operacional		118.517	169.271
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	5	825	3.720
Despesas financeiras	5	(62.630)	(23.074)
Outros resultados financeiros, líquidos	5	550	(94)
		(61.255)	(19.448)
Lucro antes dos tributos		57.262	149.823
Tributos sobre o lucro		(19.481)	(50.490)
Diferido	6	(19.481)	(50.490)
Lucro líquido do exercício		37.781	99.333
Lucro básico e diluído por ação – R\$	13.2	0,15	0,41

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	37.781	99.333
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	106	118
Tributos sobre o lucro	19.481	50.490
Resultado financeiro, líquido	61.255	19.448
Variações de ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes e outros	(5.909)	(2.956)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(145.801)	(496.023)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(39.812)	23.743
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(262)	247
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	12.739	69.283
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	2.612	(293)
Outros ativos e passivos, líquidos	(1.083)	(16.915)
Caixa líquidos consumido nas operações	(58.893)	(253.525)
Encargos de dívidas pagas	(3.383)	(5.488)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	-	(1.545)
Rendimento de aplicação financeira recebidos	904	3.749
Caixa consumido nas atividades operacionais	(61.372)	(256.809)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.361)	(1.856)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(1.361)	(1.856)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	53.000	333.232
Pagamento dos custos de captação	-	(2.469)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	-	(263.926)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	-	63.929
Mútuos recebidos (aplicados)	23.931	-
Caixa oriundo das atividades de financiamento	76.931	130.766
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	14.198	(127.899)
Caixa e equivalentes no início do exercício	10.030	137.929
Caixa e equivalentes no final do exercício	24.228	10.030

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	168.000	2.717	47.505	4.129	(1.337)	-	221.014
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	99.333	99.333
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	1.337	-	1.337
Destinação do lucro (nota 14.2.b):							
Reserva legal	-	4.967	-	-	-	(4.967)	-
Reservas de lucros a realizar	-	-	94.366	-	-	(94.366)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	168.000	7.684	141.871	4.129	-	37.781	321.684
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	37.781	37.781
Destinação do lucro (nota 14.2.b):							
Reserva legal	-	1.889	-	-	-	(1.889)	-
Reservas de lucros a realizar	-	-	26.919	-	-	(26.919)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(8.973)	(8.973)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	168.000	9.573	168.790	4.129	-	37.781	350.492

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Riscos	Data da vigência	Importância segurada em reais mil
Terrorismo	31/05/2021 a 30/05/2022	183.876
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/2021 a 30/05/2022	100.000
Risco operacional - substâncias e usinas	31/05/2021 a 30/05/2022	261.191
Responsabilidade civil - drones	15/06/2021 a 15/06/2022	598
Equipamento	30/06/2021 a 30/06/2022	Valor equipamento
Fiel Cumprimento	02/08/2017 a 08/05/2023	24.362

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 16 de fevereiro de 2022. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

- 6.1.2 Tributos sobre o lucro diferidos
- 9 Concessão do serviço público (ativo contratual)
- 13 Provisão para processos judiciais
- 16.2 Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 08; IFRS 7/CPC 40; IFRS 4/CPC 11; e IFRS 16/CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37/CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16/CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2021	2020
Receita de construção	106.186	408.312
Remuneração do ativo contratual	101.381	59.506
Receita de operação e manutenção	8.539	1.082
Contrato de conexão ao sistema de transmissão ("CCT")	289	-
Ganho (perda) na RAP ⁽¹⁾	1.103	2.440
Total receita bruta	217.498	471.340
(-) Deduções da receita bruta	(20.794)	(43.677)
Total receita operacional líquida	196.704	427.663

⁽¹⁾ A variação refere-se principalmente a atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2021	2020
Impostos e contribuições		
PIS e Cofins correntes	(5.583)	-
PIS e Cofins diferidos	(14.536)	(43.599)
	(20.119)	(43.599)

Encargos setoriais

Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(541)	(78)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(134)	-
	(675)	(78)
Total	(20.794)	(43.677)

3.1. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 9 para mais informações). A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA ou IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,5% a.a. e 11,5% a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16% a.a. e 17% a.a., nominal e antes dos impostos.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021			Total
	Custo de construção	Custos de operação e administrativas	Outras receitas (despesas) gerais	
Pessoal	(4.609)	(490)	(2.097)	(7.196)
Material	(13.616)	(347)	-	(13.963)
Serviços de terceiros	(40.781)	(2.333)	(231)	(43.345)
Depreciação e amortização	-	-	(106)	(106)
Provisão para processos judiciais	-	-	(2)	(2)
Impostos, taxas e contribuições	-	(20)	(9)	(29)
Outras receitas e despesas, líquidas	(11.850)	(782)	(846)	(13.478)
Total custos/despesas	(70.856)	(3.972)	(3.291)	(78.119)
	2020			Total
	Custo de construção	Custos de operação e administrativas	Outras receitas (despesas) gerais	
Pessoal	(6.938)	(941)	(1.986)	(9.865)
Material	(134.708)	-	-	(134.708)
Serviços de terceiros	(119.667)	(71)	(116)	(119.854)
Depreciação e amortização	-	-	(118)	(118)
Provisão para processos judiciais	-	-	(2)	(2)
Impostos, taxas e contribuições	-	(4)	(30)	(34)
Outras receitas e despesas, líquidas	6.519	(187)	(115)	6.217
Total custos/despesas	(254.794)	(1.203)	(2.367)	(258.364)

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	904	3.749
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(84)	(182)
Atualização de depósitos judiciais	-	151
Outras receitas financeiras	5	2
	825	3.720
Despesas financeiras		
Encargos de dívida	(59.487)	(17.338)
IOF	(1.491)	(5.699)
Encargos sobre mútuo	(1.596)	-
Outras despesas financeiras	(56)	(37)
	(62.630)	(23.074)

Outros resultados financeiros, líquidos

Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	-	(85.864)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	-	19.764
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	-	(18.339)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	-	84.327
Outras variações monetárias, líquidas	550	18
	550	(94)
	(61.255)	(19.448)

Resultado financeiro, líquido

	550	(94)
	(61.255)	(19.448)

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

6.1. Tributos sobre o lucro: 6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2021.

	2021	2020
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	57.262	149.823
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:	(19.469)	(50.939)
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	-	449
Outros adições (reversões) permanentes	(12)	-
Tributos sobre o lucro - diferido	(19.481)	(50.490)

6.1.2. Tributos diferidos:

	IR/CSLL	2021	2020
Provisão participação nos lucros e resultados		1.956	1.733
Prejuízo fiscal e base negativa		60.785	19.430
Outros		18.339	90
Total diferenças temporárias - ativo Passivo (-)		81.080	21.253

Margem na construção e remuneração do ativo de contrato **(371.019)** **(253.894)**
Total diferenças temporárias - passivo (371.019) (253.894)
Total diferenças temporárias - líquido (289.939) (232.641)
 Alíquota de IR e CS **34%** **34%**
Tributos sobre o lucro diferido passivo, líquido (98.579) (79.098)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	79.098	27.919
Efeitos reconhecidos no resultado	19.481	50.490
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	689
Saldo final do exercício	98.579	79.098

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2024	2025	2026	Entre 2027 e 2031
Ativo fiscal diferido	1.307	1.051	1.659	23.550

6.1.3. Tributos correntes ativos:

	2021	2020
Imposto de renda - IR	13.872	12.957
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	59	6
Tributo sobre o lucro a recuperar	13.931	12.963
Circulante	13.931	12.963

6.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher:

	2021	2020
Outros tributos		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	253	680
Programa de integração social - PIS ⁽¹⁾	16.774	14.112
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS ⁽¹⁾	77.264	65.005
Instituto nacional de seguridade social - INSS	59	354
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	34	33
Imposto sobre serviços - ISS	30	435
Impostos e contribuições retidos na fonte	13	12
Outros	93	362
	94.520	80.993

Encargos setoriais a recolher
 Pesquisa e desenvolvimento - P&D 173 31
 Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT 49 15
 Ministério de minas e energia - MME 24 8
 Conta de desenvolvimento energético - CDE 20 -
 Outros 24 -

Total outros tributos e encargos setoriais a recolher
 Circulante 1.231 2.146
 Não circulante 93.579 78.901

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

6.3. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	99	37
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	8.101
Fundos de investimento	24.129	1.892
	24.228	10.030

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99,3% do CDI. (99% em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2021		2020	
	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber
Concessionárias	8.963	(96)	8.867	2.984
	8.963	(96)	8.867	2.984

O aging do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	Recebevel	Perdas de créditos esperadas	Recebevel	Perdas de créditos esperadas
A vencer	8.919	(70)	2.923	(24)
Saldos vencidos:				
90 dias	12	(2)	55	(2)
entre 91 e 180 dias	3	(1)	6	(2)
entre 181 e 360 dias	29	(23)	-	-
	8.963	(96)	2.984	(28)

8.1. Variação das perdas de crédito esperadas - PCE:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	(28)	-
Adições	-	(35)
Reversões	(68)	7
Saldo final do exercício	(96)	(28)

8.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 16.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte movimentação em:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	852.650	353.948
Receita de construção	106.186	444.390
Remuneração do ativo contratual	101.381	59.506
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício		

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 27.847.973/0005-4 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$168.000, sendo R\$244.340 subscrito e R\$76.340 a integralizar, dividido em 244.340.081 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Lote de mil ações		
	Qtde.	%	R\$
Neoenergia S.A.	244.340	100%	168.000
Total	244.340	100%	168.000

14.2. Lucro por ação e remuneração do acionista: a) **Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	37.781	99.333
Média ponderada de ações em poder do acionista	244.340	244.340
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,15	0,41

b) Remuneração ao acionista:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	37.781	99.333
Reserva legal	(1.889)	(4.967)
Lucro líquido ajustado	35.892	94.366
Destinação para reserva de lucros a realizar	(26.919)	(94.366)
Lucro líquido a distribuir	8.973	-
Natureza da remuneração	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	8.973	-
	8.973	-

14.3. Reservas de lucros: a) **Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **b) Reserva de lucros a realizar:** Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas. **c) Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976. **14.4. Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de serviços administrativos, (ii) contratos de O&M e (iii) mútuos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

15.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2021	2020
Ativo		
Contas a receber e outros	1.157	376
	1.157	376
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar	315	-
Dividendos a pagar	8.973	-
Mútuo	27.074	-
Compartilhamento de pessoal	204	746
	36.566	746

15.2. Transações com partes relacionadas:

	2021		2020	
	Subsidiárias Neoenergia	Controladora	Subsidiárias Neoenergia	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)	7.928	- 7.928	1.088	1.088
Custos dos serviços (b)	(1.048)	- (1.048)	-	-
Despesas gerais e administrativas (c)	(1.952)	- (1.952)	(1.172)	(1.172)
Resultado financeiro líquido	-	(1.596)	-	-
	4.928	(1.596)	4.928	(84)

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (a) Contrato de conexão ao sistema de transmissão (CUST e CTT), com vigência até 2027, corrigidos, anualmente, pela correção do IPCA. (b) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Elektro O&M. (c) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia, com vigência a partir de 7 de agosto de 2020. **15.3. Remuneração da administração (Pessoal-chave):** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2021		2020	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	99	24.129	8.138	1.892
Contas a receber de clientes e outros	8.963	-	2.984	-
Outros ativos financeiros	442	-	558	-
	9.504	24.129	11.680	1.892
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	11.089	-	51.451	-
Empréstimos e financiamentos	452.641	-	343.537	-
Outros passivos financeiros	27.459	-	1.326	-
	491.189	-	396.314	-

CA – Custo amortizado; VJR – Valor justo por meio do resultado.

16.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.7 – análise de sensibilidade. **16.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2021	2020
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	24.129	1.892
	24.129	1.892

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **16.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2021		2020	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	452.641	447.364	343.537	354.066
Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equiva-				

lentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **16.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **16.6. Métodos e técnicas de avaliação:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando a curva dos títulos da Companhia. **16.7. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Exposição Taxa no exercício	Impacto (Saldo/ Nocial)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	24.129	2.208	(552)
Passivos financeiros						
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	10,74%	(454.826)	(65.902)	(12.626)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro - **Diretor**
Juliano Pansanato de Souza - **Diretor**

CONTADOR

Tiago Donatti Furigo - CRC-SP-338760/O-6

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

Luciana Maximino Maia

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 17 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F
Tiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

